

Resumo da publicação "Respostas à AIDS no Brasil: aprimorando o debate III (Anais)" da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)

Com uma coleção de 38 intervenções enriquecedoras, a publicação "Respostas à AIDS no Brasil: aprimorando o debate III" é a terceira coleção baseada em seminários de uma série que a ABIA vem realizando desde 1999, chamada "Aprimorando o debate". Estes seminários são interdisciplinares, inter-regionais e inter-setoriais e buscam disseminar informações, fortalecer a mobilização e a participação da sociedade brasileira para responder ao HIV. Isso se enquadra na intenção da ABIA de capacitar setores-chave (governamental, civil, acadêmico e médico/sanitário) para lidar com o HIV/AIDS, facilitando sua compreensão em todos os seus aspectos, mas também, em uma época de incertezas para o futuro de um sucesso político exemplar para enfrentar a epidemia, serve como um ato de resistência política. A publicação data de 2019, um ano crucial para compreender o conservadorismo no Brasil: uma forte desconfiança e relutância do governo em relação às instituições da sociedade civil é promulgada para interromper a inclusão da diversidade nos direitos humanos, reprodutivos e sexuais.

A primeira seção da publicação é dedicada à própria sociedade civil e os seus fracos do presente como uma forma de refletir sobre novos caminhos para se fortalecer. Os autores enfatizam os obstáculos legislativos, financeiros e ideológicos que impedem a sociedade civil de agir eficientemente e sugerem frentes potenciais e novos cavalos de trabalho para fazer lobby que se baseiam em uma abordagem inter-setorial e baseada no direito humano, algo que precisa ser eliminado.

A segunda seção é centrada no estigma, discriminação e violência estrutural em relação ao HIV/AIDS, tanto dentro do movimento HIV/AIDS quanto em nível institucional. Diferentes tipos de mal funcionamento da sociedade são introduzidos: da discriminação aos afro-brasileiros, à dessexualização da homossexualidade, passando pela pobreza, gênero e trabalho sexual, o próximo passo exigido pelos autores para o movimento HIV/AIDS precisa ser a interseccionalidade de uma forma que toda subjetividade seja contada. Tanto o movimento quanto a política de HIV/AIDS precisam levar mais efetivamente em conta as necessidades das audiências que até agora permaneceram à margem.

A terceira seção insiste na necessidade de justapor a prevenção ao princípio de viver a sexualidade da maneira que mais agrada ao indivíduo. Discute como as práticas o bareback e a redução de riscos estão mudando seu significado com a chegada da PEP e da PrEP; o conceito de redução de danos às drogas, um direito importante para no campo do HIV/AIDS, que está em risco no novo contexto conservador. Também enfatiza a importância da prevenção combinada e propõe estratégias para uma melhor inclusão da variedade de situações em que aplicar a prevenção e a pletora de métodos de prevenção, incluindo preservativos internos.

A quarta e última seção é dedicada ao cuidado médico das pessoas. Dos prós e contras da incorporação da assistência ao HIV/AIDS na atenção primária à crise da continuidade da assistência ao HIV/AIDS no Brasil atual, diferentes autores alertam sobre como o tratamento deve ir além da ideia de indetectabilidade e refletir sobre as causas estruturais de sua ausência/abandono: acesso a medicamentos e patentes, preparação dos profissionais de saúde para lidar com o HIV/AIDS, as necessidades de categorias específicas de pessoas vivendo com HIV/AIDS, como as mulheres, o uso de linguagem apropriada enquanto se fala sobre o tratamento. Além disso, apresenta dois exemplos otimistas de organizações que lutam por melhores cuidados, como o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual e os projetos da Fiocruz voltados para a saúde das mulheres travestis e trans.